

## **IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DE CONSTRUÇÃO DE MANUAIS ESCOLARES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Dra. Cecília Dequene Mavale, Departamento de Português, Universidade Pedagógica, Maputo

### **0. INTRODUÇÃO**

O presente estudo tem como objectivo identificar os princípios de concepção e elaboração de manuais escolares de Língua Portuguesa no ensino secundário geral (ESG), daqui em diante referenciados pela sigla ME. O processo de ensino aprendizagem mobiliza vários factores, sendo a destacar: o professor, o livro e o aluno. Trata-se de um triângulo que exige uma análise atenta a fim de compreender a dinâmica da acção educativa. Neste trabalho, tendo em conta a complexidade do assunto e por uma questão da necessidade de delimitação do campo de pesquisa, maior enfoque será dado aos dois primeiros actores do sistema educativo, isto é, ao livro escolar ( os princípios da sua concepção e elaboração) e ao professor. Com isso não significa que se menospreze o papel do aluno no processo, pois trata-se de um consumidor fulcral deste tipo de produto.

O tema afigura-se pertinente na medida em que a compreensão dos mecanismos que orientam a elaboração deste tipo de material faculta uma maior capacidade do seu manuseamento bem como a sua análise. Sendo a Universidade Pedagógica (UP) uma instituição de formação de professores, parece ser de extrema importância a abordagem deste assunto. É tempo de nos perguntarmos sobre o contributo que a instituição oferece no sentido de melhorar o desempenho dos professores nas escolas, na análise das atitudes destes mediante os materiais escolares.

É verdade que se assiste a uma explosão dos meios audiovisuais, porém, o texto escrito resiste a estas mudanças tecnológicas que o mundo moderno vive. É difícil falar-se de actividades escolares sem se ter em consideração o livro escolar. O aluno, no seu dia a dia, manuseia textos de natureza didáctica, principalmente no meio escolar, secundando as afirmações de Johnsen, que define a escola como “ o lugar onde as crianças se sentam em grupos para ler livros escolares”.

Moçambique é um país que enfrenta dificuldades quer na elaboração dos manuais, quer na difusão dos mesmos, dadas as condições financeiras que a indústria livreira exige. Enquanto alguns países debatem a questão de proliferação não controlada dos materiais escolares, da maior oferta das editoras, certos países enfrentam a exiguidade dos meios, havendo casos de importação do livro, ou do livro único, a nível nacional.

A educação linguística é definida a nível macroestrutural, cabendo às escolas proceder à sua recontextualização. Os materiais escolares aparecem, regra geral, como tradutores fiéis dos programas. Importa referir que não é um assunto pacífico, vozes diferentes levantam-se sempre que se debate a questão dos ME. A situação torna-se mais complexa quando se trata do ensino de uma língua, dadas as especificidades do seu funcionamento. Aos autores impõem-se certos requisitos, bem como às agências responsáveis pela edição e difusão dos livros escolares<sup>1</sup>.

O trabalho encontra-se estruturado em quatro partes: a primeira parte compreende o referencial teórico, a segunda descreve os procedimentos metodológicos seguidos para a recolha dos dados. A apresentação e a discussão dos resultados constituem a terceira parte, apresentando algumas considerações finais e recomendações para futuros estudos.

## **1. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **1.1. Os ME e o processo de ensino- aprendizagem**

No processo educativo intervêm elementos como o professor, o aluno e os materiais escolares. A actividade do professor circunscreve-se na implementação das orientações definidas num nível hierarquicamente superior: o Ministério da Educação.

O aluno é o centro do processo de ensino aprendizagem, ponto de partida de toda a actividade pedagógica, defende Huot (1989:193). O trabalho desenvolvido nas escolas visa preparar o aluno para a sua integração na sociedade de forma participativa. Os materiais escolares devem proporcionar as diferentes funções de modo a permitir uma formação íntegra do formando. É frequente ouvir ou ler

---

<sup>1</sup> No presente estudo, utilizaremos os termos *livro escolar* e *manual escolar* como sinónimos, apesar de alguns autores como Choppin (1992) apontarem algumas diferenças.

discursos críticos, os quais questionam a eficácia ou a necessidade dos instrumentos de ensino. Neste capítulo, discutir-se-ão os conceitos fundamentais relacionados com os manuais escolares, apesar da dificuldade de os dissociar das outras componentes como procuraremos elucidar.

Não obstante a reflexão sobre os manuais ter surgido numa fase posterior relativamente a outros campos de pesquisa, muitos estudiosos como Richaudeau (1986), Huot (1989), Choppin (1992), Gérard et al (1993) Castro e Sousa (1999) entre outros, apresentam estudos que demonstram a pertinência de abordagem deste assunto, à primeira, considerado trivial, pelo facto de se tratar de um instrumento usado no dia a dia, isto é, que nos é familiar.

## **1.2. O que é um manual escolar?**

À semelhança de outros campos do saber que se apresentam polémicos na sua definição de forma rigorosa, os manuais recebem diferentes acepções consoante o ponto de vista de abordagem, interessando-nos, para o presente trabalho, o manual escolar, já que existe um manual de jardinagem, um manual de utilização de um electrodoméstico, etc. Tal como referimos na introdução, a actividade pedagógica mobiliza várias componentes, dentre elas o livro escolar.

O ME é um instrumento estruturador do saber, é um elemento que permite uma aquisição ordenada dos conhecimentos, isto é, o acesso aos saberes organizados (cf Huot apud Choppin, pg121). Gérard et al. (1993:19) define o ME como um instrumento impresso intencionalmente estruturado para se inscrever num processo de aprendizagem, com o fim de lhe melhorar a eficácia. Contrariamente a outros tipos de livros, este tipo de material define-se pela sua intenção mais ou menos explícita de servir de suporte escrito ao ensino de uma disciplina no seio de uma instituição escolar, (cf Choppin, 1992:16). A este propósito Richaudeau (1986:51) distingue duas categorias de manuais:

- i) obras que apresentam uma progressão sistemática;
- ii) obras de consulta e de referência.

As primeiras obras propõem uma ordem de aprendizagem, através da organização de conteúdos por capítulos, pelo uso de parágrafos assim como pela contemplação de modos de ensino: resumos, exercícios de aplicação e avaliação. De acordo com o autor op. cit., os manuais propriamente ditos pertencem a esta categoria.

As obras de consulta facultam um conjunto de informações que é possível referir sem implicar uma organização rigorosa de aprendizagem. É de realçar que certas disciplinas não se podem limitar à primeira categoria, tais como História, Ciências Naturais...as obras desta categoria são consideradas como organizadores do trabalho do professor e dos alunos.

Como se pode observar, a caracterização do ME espelha o valor que este tem na acção escolar. Porém, não se pretende concluir que o papel do professor seja secundário, pois há muitos aspectos que o manual não pode preencher como a adequação do ME ao tipo de público, à faixa etária entre outros aspectos que só o professor pode resolver no momento concreto da aplicação de um ME.

### **1.3. Funções do manual escolar**

A explicitação das funções que um manual procura desempenhar é de extrema importância na medida em que este instrumento pode servir quer ao professor, quer ao aluno, isto é, consoante o tipo de utilizador, o manual pode possuir diferentes configurações. Importa referir que, independentemente do tipo de destinatário, o ME cumpre uma multiplicidade de funções as quais concorrem para um mesmo fim: contribuir para a eficácia do processo de ensino- aprendizagem.

Tradicionalmente, o ME era concebido tendo em conta uma finalidade: a transmissão de conhecimentos. Muitas críticas se fazem para este tipo de concepção, pois a prática revela que outras funções co-ocorrem com a referida anteriormente; a actividade pedagógica não deve ser perspectivada apenas sob o ponto de vista cognitivo. É verdade que constitui preocupação fulcral a manipulação cognitiva, a transformação do estado cognitivo do aluno. Contudo, estes saberes devem situar-se num certo espaço e tempo, daí a impossibilidade de neutralidade dos manuais escolares no que diz respeito à visão cultural, social e ideológica tanto dos autores dos materiais escolares como do mundo circundante.

Todos os estudiosos dos materiais escolares defendem a multiplicidade de funções que estes instrumentos desempenham. Gérard et al. (1993:86) advogam que “um manual tem sempre uma função principal e uma ou várias secundárias”. A mesma posição é assumida por outros autores como Choppin, Richaudeau, Huot, Castro e Sousa.

Para uma breve compreensão deste assunto vejamos algumas das funções apontadas. Richaudeau apresenta dois pontos de vista na base dos quais se definem as diferentes funções:

- i) ponto de vista científico;
- ii) ponto de vista pedagógico e
- iii) na perspectiva institucional.

No que diz respeito à perspectiva científica, o autor *op. cit.* explica que ME serve para oferecer um certo número de conhecimentos assim como a ideologia defendida pelo manual. Do ponto de vista pedagógico apontam-se quatro grandes funções: uma função de informação, uma função de estruturação e de organização de

aprendizagem, cabendo em último lugar à perspectiva institucional a orientação do aluno na apreensão do mundo exterior, na elaboração de conhecimentos adquiridos por outras vias que não formais. Estas funções não entram em conflito entre si, apesar de se reconhecer que os autores podem privilegiar uma função em detrimento de outras.

Gérard et al. (op cit.:74 e ss) indica as funções relativas ao aluno, obedecendo a dois parâmetros, nomeadamente:

- a) as funções orientadas às aprendizagens escolares;
- b) as funções orientadas à ligação entre as aprendizagens e a vida quotidiana.

As funções baseadas na aprendizagem são as seguintes: transmissão de conhecimentos, desenvolvimento de capacidades e de competências, consolidação e avaliação de aquisições. No tocante à relação com a realidade, apontam-se as seguintes funções: de ajuda na integração de aquisições, como obra de referência de educação social e cultural.

Da mesma maneira, o autor enumera as funções relativas ao professor, as quais se relacionam com a formação. Esta formação pode incidir na informação científica e geral, na formação pedagógica, na ajuda nas aprendizagens, na gestão das aulas e na avaliação.

Como se pode concluir, o ME é um instrumento polifónico, pois assume múltiplas funções, (cf Choppin, 1999:8). É redutor pretender atribuir uma só função a este tipo de material, não obstante se reconhecer o carácter selectivo do mesmo, na medida em que apresenta uma visão incompleta de uma realidade complexa, operam-se escolhas nos diferentes domínios. Defende-se a necessidade de um equilíbrio das várias finalidades apontadas.

#### **1.4. Tipos de Manuais Escolares**

Conforme se procurou definir o ME, muitos estudos mostram a pertinência de se distinguir o livro escolar de outros tipos de livros a que se pode recorrer no

processo de ensino-aprendizagem. Assim, com base no tipo de destinatário, nas funções, no contexto de utilização, é possível encontrar a seguinte tipologia de manuais escolares: antologias, gramáticas escolares, livros de exercícios...

Richaudeau op. cit ao falar das categorias acima referidas, pretende diferenciar os materiais, afirmando que os livros que permitem a progressão sistemática dos saberes constituem os ME propriamente ditos. Assim, excluem-se os dicionários, os atlas que são usados ocasionalmente para o enriquecimento de aprendizagem, mas não se destinam somente à actividade pedagógica.

Gérard et al. (op. cit. pg 88 e ss), baseando-se nas funções anteriormente enumeradas, apresenta as designações possíveis de encontrar tais como: manual, livro do aluno, caderno do aluno, guia prático, livro de leitura, caderno de exercícios, entre outros termos. Relativamente ao professor, o autor aponta as obras de referência, as quais têm como finalidade contribuir na actualização dos conhecimentos científicos e gerais do professor bem como nas inovações pedagógicas e na avaliação de aquisições dos alunos.

Além deste tipo de manuais, defende-se a existência de manual aberto e manual fechado. Normalmente o manual fechado está ao serviço do manual do aluno, desempenhando, muitas vezes, a função de ajuda nas aprendizagens e na gestão das aulas. É commumente conhecido como guia pedagógico, livro do professor. O manual aberto tem como finalidade suscitar a reflexão e não dar instruções precisas quanto à gestão das aulas. (cf Gérard et al. pg 91)

## **1.5. O Manual escolar e a Educação Linguística**

Conforme referimos antes, o enfoque deste estudo centra-se na discussão dos materiais escolares de Língua Portuguesa. Quase todas as disciplinas escolares servem-se de ME, como documentos de recontextualização das orientações traçadas superiormente. Consoante o tipo de disciplina em causa, um material escolar ganha configurações específicas além de outros factores como o tempo, o espaço e as concepções dos autores dos mesmos.

A educação linguística é motivo de muitos debates em quase todos os países, dada a sua importância nos diferentes níveis de vida dos cidadãos. A definição de

currículo revela que a língua ocupa posições cimeiras, quer se trate de uma língua materna, quer de uma língua segunda ou estrangeira. Apesar desta consciência relativamente ao papel de uma língua na sociedade, a sua gestão na sala de aulas não tem sido pacífica. As concepções de educação linguística são diferentes de lugar para lugar.

Em Moçambique, observa-se um fenómeno que caracteriza os países africanos, o qual consiste na utilização de uma língua ex-colonial. A convivência da Língua Portuguesa com as outras línguas africanas reflecte-se no processo de ensino aprendizagem. Neste momento, a definição de uma política linguística enfrenta inúmeras dificuldades dada a pluralidade de línguas faladas no país.

Deste modo, nos documentos oficiais, a Língua Portuguesa é definida como instrumento de unificação dos cidadãos, de comunicação a nível nacional, além de outras funções. Firmino (1995) refere as dificuldades de uma definição linguística definitiva, não só em Moçambique como em muitos países africanos dado o fenómeno acima apontado: a oficialização de línguas exoglóssicas em meios onde se falam várias línguas africanas.

Dado que em qualquer currículo se opera uma selecção, isto é, certos domínios são considerados legítimos na política educativa de um determinado Estado, em detrimento de outros, a concepção e elaboração dos ME reflecte as declarações oficiais inerentes ao ensino da Língua Portuguesa em Moçambique. Em termos de produção do discurso pedagógico, verifica-se que as declarações políticas se situam na posição hierarquicamente superior, cabendo aos manuais a materialização das mesmas. Isto significa que, regra geral, deve haver uma concordância entre a carta dos conteúdos contemplados nos ME e os objectivos traçados nos programas.

É verdade que alguns autores constatarem que as editoras nem sempre seguem os programas oficiais, o que se pode considerar grave dado que há uma necessidade de uniformização de actividades pedagógicas com vista a garantir sucessos nos exames finais. A relação entre as diferentes instâncias é crucial, pois a reprodução do discurso pedagógico depende em grande medida da compreensão das orientações dadas nos programas bem como da capacidade de manuseamento dos materiais escolares produzidos. Certas editoras reclamam o facto de os professores não compreenderem os ME editados, sugerindo-se, às vezes, cursos de capacitação de utilização deste tipo de instrumentos.

## **1.6. Proposta de princípios a observar para a concepção e elaboração de um ME**

À semelhança de outros domínios do saber, não é possível apresentar uma receita que seja universal, todavia alguns princípios orientadores são evocados a fim de explicar a trajectória de concepção e elaboração de ME. Gérard et al. (1993) de uma forma desenvolvida apresenta uma série de procedimentos a observar no acto de concepção de um ME. Dada a complexidade do assunto alguns aspectos não serão desenvolvidos, principalmente os que se relacionam com a parte material do livro. De acordo com o público-alvo, com a multiplicidade de funções que um manual escolar desempenha, com o contexto em que se produzem estes instrumentos, torna-se necessário observar os seguintes aspectos:

- 1) enunciar os conteúdos de aprendizagem. A indicação de noções mínimas que o aluno deve adquirir no fim da aprendizagem;
- 2) a definição dos objectivos a atingir sempre em consonância com os valores defendidos pelo sistema educativo;
- 3) a definição dos objectivos comportamentais tendo em conta os conteúdos preconizados;
- 4) inclusão de situações de aprendizagem. O ME deve conter actividades que o aluno deverá exercer sobre os objectos de aprendizagem;
- 5) estabelecimento de equilíbrios pedagógicos. Tendo em conta que não é possível pensar-se numa homogeneidade de personalidades, torna-se necessário prever os procedimentos a seguir na acção escolar;
- 6) estabelecimento de equilíbrio das diversas modalidades de aprendizagem, isto é, dos domínios taxonómicos;
- 7) os equilíbrios culturais; é importante considerar a representação dos diferentes mundos que tenham uma relação com o quotidiano do aluno, tendo em conta a multiplicidade cultural;
- 8) o rigor científico. Os conteúdos de aprendizagem devem ser actualizados consoante a realidade nacional e internacional.

Na disciplina de Português, além dos requisitos gerais apresentados, importa conhecer as especificidades da educação linguística, as posições assumidas pelas instâncias de decisão. A definição do estatuto de uma língua num dado país tem consequências no desenrolar de outras actividades. Para esse efeito é importante conhecer o lugar que a língua ocupa no currículo. Uma outra polémica gira à volta da variante que se deve ensinar nas escolas. Como dissemos antes, em Moçambique, a política linguística constitui objecto de debates. A multiplicidade de línguas no país torna a decisão mais morosa. No que diz respeito às concepções subjacentes à língua é de notar que o desenvolvimento das modalidades produtivas e receptivas deve ser o cern de toda a actividade pedagógica. Um ME de língua, além de uma antologia, a qual é organizada tendo em conta os objectivos definidos nos programas, deve contemplar situações de aprendizagem, isto é, momentos em se realiza a avaliação das aquisições. Um caderno de exercícios permite a consolidação dos saberes desenvolvidos na sala de aula. É um instrumento bastante útil não só para o professor e para o aluno, como também para a família deste. É através do caderno de exercícios que os pais acompanham a actividade do estudante em casa, se informam dos conhecimentos transmitidos assim como dos valores veiculados pela escola.

## **2. METODOLOGIA**

Para o presente trabalho, foram analisados documentos de diversa natureza do nível secundário, as declarações políticas<sup>2</sup>. A escolha do 1º ciclo prende-se com o facto de este possuir ME, o que não se verifica no 2º ciclo. Além disso, a UP forma professores principalmente para o ESG. A análise das declarações políticas visava compreender a abordagem que se faz tanto no que diz respeito ao livro escolar como na posição da LP em Moçambique. Os ME são produzidos tendo sempre como ponto de partida a política definida no país.

Dada a natureza do objecto do nosso estudo, efecturam-se entrevistas a certos intervenientes na produção do livro, inquiridos aos professores de três escolas da capital do país. Para as entrevistas, elaborou-se um guião (vide anexo) o qual serviu para os funcionários do MINED como para a editora (DINAME). Para os autores

---

<sup>2</sup> Fez-se uma análise dos programas em vigor no país, dos ME usados nas escolas: antologias e guia do professor.

usou-se o mesmo instrumento, mas importa referir que fez a discussão da disciplina de LP no ESG, visto tratar-se de docentes experientes nesta área.

Aplicaram-se inquéritos a professores do ciclo acima referido, tendo-se seleccionado 24 porque apresentavam todas as questões respondidas. Para o equilíbrio, seleccionámos 8 (oito) de cada escola. Por ter verificado certa hesitação dos professores no preenchimento dos mesmos, sugerimos a inutilização da pergunta que pede o nome do informante, que de facto não tinha pertinência. Dado que o nosso objectivo não era análise das formas de apropriação dos ME pelos profs, não apresentaremos análise estatísticas aprofundadas. Os instrumentos aqui apontados para a colecta de dados podiam ser alargados também para os alunos, contudo, a natureza do estudo, o tempo disponível não permitiu a inclusão deste grupo de consumidores potenciais dos ME.

A análise de dados teve como base, principalmente, a teorização feita no segundo capítulo deste trabalho. As questões-chave que orientaram a discussão da LP no ESG foram: O que é um ME? O que se pretende com a educação linguística deste nível de ensino? O que é decretado? O que se faz?

### **3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS**

Conforme referimos na revisão da literatura, todas as disciplinas servem-se dos manuais escolares. De acordo com as orientações traçadas pelas instâncias superiores, das especificidades do sistema educativo de um determinado país, podemos encontrar ME de configurações diversificadas. A este propósito, Richaudeau (1986:48) explica que o contexto da produção é fulcral, o qual se traduz nos seguintes planos: económico, político, pedagógico e social. De facto, os ME de Moçambique espelham a realidade em que os mesmos foram produzidos.

#### **3.1 Os ME e os documentos oficiais**

Os dados obtidos quer através de inquéritos aos funcionários da educação, quer pelas entrevistas à editora e aos autores de manuais, permitem concluir que a política de construção bem como de difusão e de utilização de materiais escolares não está claramente definida.

A produção do livro escolar em Moçambique depara-se com inúmeras dificuldades, como se pode verificar no artigo em anexo do “Notícias”. Esta actividade caracteriza-se por uma maior centralidade, isto é, o MINED responsabiliza-se por quase toda a actividade pedagógica. Pode-se inferir que a regulação é muito apertada, o que até certo ponto pode ser constrangedor para o professor, bem como para outras entidades que podiam contribuir no processo de E-A.

A concepção, elaboração e difusão de ME envolve muitos parceiros, como: o Ministério da Educação, os editores, os autores, os consumidores que se subdividem em professores e alunos. As entrevistas realizadas, revelam que a política do livro escolar não está claramente definida. De acordo com responsáveis do MINED está em criação um órgão designado Conselho de Aprovação do Livro (CAL). Serão competências deste órgão a “filtragem” de produção do livro, com base nas normas de avaliação e de selecção dos ME também por instituir. Actualmente não existe nenhum documento que regule a acção, cabendo à única editora escolar realizar o trabalho, que é muito incompleto como se pode ler no artigo do jornal em anexo.

Os dados obtidos revelam que há uma consciência da necessidade de repartir as responsabilidades pelas diferentes entidades envolvidas neste processo. É verdade que nem sempre a concorrência significa uma maior optimização do processo de E-A, mas é preciso compreender que o professor assim como o aluno devem participar na escolha dos materiais a usar. Neste momento, os poucos recursos existentes não chegam aos diferentes cantos do país, mesmo na capital, conforme os inquéritos aplicados.

### **3.2. Os ME de Língua Portuguesa no ESG**

O presente trabalho abrange dois objectos, nomeadamente: os ME e a disciplina de Língua Portuguesa. Relativamente a esta última componente, importa realçar o facto de a Constituição da República incluir um artigo que define o estatuto da Língua Portuguesa em Moçambique: “ Na República de Moçambique a Língua Portuguesa é a língua oficial.” ( cf ante-projecto da revisão da constituição 1998. pg18 artigo nº8) A actividade de produção de manuais de língua deve ter em consideração este facto, pois o acesso à língua não é igual a todos os cidadãos.

Tendo em conta que o estudo se centra no 1º ciclo do ensino secundário geral, isto é, na 8ª, 9ª e 10ª classes, discutiremos a disciplina de português neste nível de ensino. Em primeiro lugar, verifica-se que toda a actividade procura corresponder aos objectivos deste nível de ensino contidos na lei nº6/92, artigo nº12 que defende o seguinte: “ Os objectivos do ensino secundário são os de consolidar, ampliar e aprofundar os conhecimentos dos alunos nas ciências matemáticas, naturais e sociais e nas áreas da cultura, da estética e da educação física”. Daqui se pode inferir que a disciplina de português deve seguir aquilo que é a política educacional do país. A título de exemplo, um dos objectivos definidos no mapa O, anexo ao livro do professor elaborado no âmbito de um projecto da Fundação Calouste Gulbenkian, em coordenação com o governo de Moçambique, diz: usar a língua como um dos factores de unificação e de consolidação da consciência Nacional.” A educação linguística em certa medida espelha o contexto da sua realização. Uma breve análise dos materiais produzidos leva-nos a inferir que algumas concepções estiveram por detrás deste processo, no que concerne à definição de um manual de língua, a caracterização da disciplina de português no ESG.

### **3.2.1 O livro do aluno**

Em primeiro lugar, tendo em conta que o processo de ensino-aprendizagem deve ter como o centro de acção *o aluno*, verifica-se que os manuais para este produzidos se traduzem em antologias de textos, sendo de realçar que a 11ª e a 12ª ainda não possuem livros escolares. De acordo com os autores, a organização das antologias seguiu o critério temático, tendo em conta que o aluno deve reflectir sobre certas temáticas como a cultura, o trabalho, o patriotismo, etc. Reconhece-se que em alguns casos os textos são inacessíveis ao aluno tendo em consideração o grau de opacidade dos mesmos, de natureza poética, principalmente. Contudo, na altura da elaboração dos materiais pouca oferta havia de prosa de autores moçambicanos. Duma maneira global, procurou-se trabalhar com textos de culturas variadas, principalmente dos cinco países de expressão portuguesa. Em termos de progressão de aprendizagem, o livro da 9ª classe contempla um conto completo de Calane da Silva, Xicanderinha.

Como se pode depreender, não são sugeridas situações de aprendizagem nestes manuais de ensino; além do texto, explicam-se algumas palavras que não pertencem ao léxico do português. Como se viu no levantamento de funções dos manuais, é importante que estes incluam actividades que avaliem as aquisições, a capacidade de integração dos diferentes domínios do saber. Sabe-se que o manual permite o laço entre a família e a escola. Os pais querem saber que conhecimentos são transmitidos aos seus educandos, assim como os valores. Com este tipo de instrumento, algumas funções não são activadas. Sem uma formação específica de utilização, dificilmente se apreendem os objectos de aprendizagem. No inquérito realizado aos professores, dois defendem a inclusão de exercícios no livro do aluno. De acordo com a fonte ligada à elaboração destes ME, o tempo de que dispunha a equipa não permitiu a produção de uma outra componente. Era urgente que se adequassem os materiais de ensino ao momento, ao mesmo tempo da concepção dos programas.

Uma antologia não é suficiente para assegurar a educação linguística. É verdade que se questionam os guiões, mas eles são pertinentes, quer para orientar o aluno, quer para actividade do professor. O saber cognitivo deve ser concretizado, avaliado. A participação do indivíduo nas diferentes actividades da sociedade constitui o objectivo fundamental. Às vezes, as questões económicas determinam a produção do livro escolar. No caso dos ME do ESG, era imperioso que se oferecesse um acesso à leitura dadas as condições reais existentes no país, que se caracterizam pela carência do livro, mas sempre cientes das dificuldades financeiras da maioria da população.

Apesar do critério temático seguido na estruturação da antologia, verifica-se que houve uma preocupação de adequar o livro ao programa. Está subjacente a consciência que os autores têm da educação linguística: a existência de uma pluralidade de discursos. A reflexão sobre a língua deve ser feita com a finalidade de permitir a produção das diferentes intenções de comunicação pelo aprendente.

### **3.2.2 O livro do professor**

Dentro da tipologia de ME estudados fez-se menção ao livro produzido tendo como destinatário o professor. De acordo com Gerárd et al. (1993), o livro do

professor tem como função principal a formação, pois o mundo do saber apresenta sempre novas descobertas, novas investigações com as quais o professor deve familiarizar-se. Os ME normalmente devem acompanhar o evoluir dos conhecimentos, daí a razão da actualização do formador. De forma sucinta, passemos a uma análise dos materiais produzidos para os professores na altura da introdução do Sistema Nacional de Educação.

O livro de leitura do aluno é acompanhado por livros do professor organizados em três volumes a saber:

- a) livro do professor- 1º volume;
- b) livro do professor –2º volume e
- c) o glossário.

O primeiro volume cumpre de facto a função de formação, pois contém aspectos relacionados com as metodologias de ensino-aprendizagem, o que leva a supor que os autores tinham consciência das diferenças de formação do utilizador do livro. Neste caso não se pode afirmar que se trate de uma tradução fiel do programa. Mas, como todo o instrumento pedagógico, é produzido tendo em conta a existência de outros textos. É verdade que em muitas partes do mundo a questão do livro enfrenta problemas, pois os consumidores defendem que o ministério de tutela deve criar condições para que os mesmos tenham um acesso facilitado. Devido a este tipo de problemas, as editoras não dedicam muita atenção à produção deste instrumento. Consideram que, em termos comerciais, a produção do livro esolar não rende como o livro do aluno, o que é agravado pela falta de uma regulação clara do uso de ME disponibilizados. A DINAME apenas reedita os livros destinados aos alunos, cabendo ao ministério a divulgação de programas e dos auxiliares do professor. Os inquéritos realizados revelaram que muitos professores não têm acesso aos ME destinados aos professores, (41.6% não indicam o manual usado, apenas 33.3% aponta o livro do prof.) tendo-se constatado que alguns levam a pressupor que existem vários programas e vários manuais. Aqui importa referir o facto de a noção de manual apresentar diversas formas de interpretação: alguns professores apontam o dicionário como um dos manuais usados na aula.

O segundo volume, intitulado “guia do professor” contém os documentos programáticos e a aplicação prática. Dada a organização do livro, em primeiro lugar, apresenta-se um guião de leitura, no qual se explicita o conteúdo dos mapas inclusos.

Um mapa apresenta a definição das metas de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa, quer ao nível global, geral, quer ao nível de grau e de classe. Num outro mapa apresentam-se os conteúdos tendo em conta as três classes que compreendem o 1º ciclo do ensino secundário geral. A distribuição dos conteúdos teve em conta a pluralidade dos discursos e a necessidade de uma reflexão sobre a língua. Além destes dois tipos de mapa, a brochura inclui também um mapa que apresenta os objectivos, os conteúdos e as sugestões pedagógicas de cada classe.

A análise do 2º volume permite tirar algumas conclusões relativas à:

- i) concepção de educação linguística;
- ii) concepção de ME do professor.

O programa não apresenta apenas os objectos de aprendizagem, definem-se os objectivos de acordo com os fins educativos do Sistema Educativo do Ensino Secundário anteriormente mencionados. É notória a consciência que os autores têm da educação linguística: desenvolvimento da competência comunicativa. Pode-se afirmar que se procura levar o aluno a escrever bem e a familiarizar-se com vários tipos de textos. A este propósito, os autores defendem na página 7 que “O estudo de textos diversificados possibilita o alargamento da competência comunicativa do aluno na sua vida prática, porque o tornará capaz de compreender melhor o que ouve e lê e de se exprimir adequadamente em circunstâncias diversas.”

É possível, ao mesmo tempo, concluir que o manual não deve ter a intenção de substituir o docente; deve haver espaços para a criatividade do professor, este não deve encarar o ME como livro sagrado, mas sim, como um auxiliar na sua prática pedagógica. Pensamos ser esta a razão da utilização do termo *sugestões* de estratégias, o que demonstra a necessidade de o professor gerir a sua aula de acordo com as especificidades do seu público.

Não obstante estes aspectos positivos apontados, importa referir que a actividade nas escolas merece uma reflexão: torna-se imperioso comparar o que se decreta e o que se faz na realidade. Esta análise poderá contribuir para uma avaliação das diferentes acções que concorrem para o ensino como a elaboração dos ME, a sua difusão entre outros aspectos.

Tal como tentámos elucidar, o professor parece ter muito material ao seu dispor. Contudo, os resultados dos inquéritos indicam que existem problemas de acesso aos materiais produzidos no país. Apenas 33.3% usam o livro escolar. A dificuldade em apontar os instrumentos em usos (41.6%) é sintoma de escassez do livro escolar. É verdade que os professores inquiridos têm uma experiência significativa, 54,1% com mais de 10 anos de leccionação, com formações que variam de bacharelato (50%) frequência de ensino superior (muitos deles estão no 4º ou 5º anos). Em termos de concepção de ME, pode-se inferir que os professores têm contacto com outros manuais, conhecem as diferentes configurações que os mesmos possuem, daí a reclamação pelo caderno de exercícios nas observações de alguns inquéritos bem como a alta percentagem no que concerne ao destinatário dos ME (66.6% defendem que os ME se destinam aos alunos). Aliás um inquirido apontou como manuais em uso o livro “Sinais” Língua Viva” todos utilizados no sistema educativo de Portugal.

Os professores de Português, tendencialmente, definem a educação linguística como o momento de desenvolvimento da competência literária, como os dados indicam na pergunta relativa aos textos não literários e literários (54.1%). Isto significa que há uma percepção diferente entre os autores e os professores relativamente à aula de língua para certos níveis de aprendizagem, como a 8ª e 9ª classes, no contexto moçambicano, que se caracterizam por um maior treino de compreensão e produção de certos tipos de textos. De acordo com os autores dos ME, a competência literária só pode ser desenvolvida a partir do momento em que o aluno já possui um domínio da língua alvo. Como se pode depreender, o lugar da literatura e da gramática é bastante polémico.

Além das diferentes concepções apontadas, os dados revelaram outros tipos de problemas, como a relação entre os programas e os ME, as modalidades a desenvolver, a explicitação da metodologia, a avaliação de aquisições, a representatividade dos mundos nos ME. Dos 24 professores, 54.1% afirmam que os ME não seguem os programas escolares, facto que pode servir de justificação para a não utilização total dos materiais em vigor no país, 45.8% responderam que apenas usavam os ME para retirar o que lhes interessa. Na teorização apresentada viu-se que os programas definidos pelos ministérios de educação actuam através dos ME, apesar de se reconhecer que estes podem não ser uma tradução *ipsis verbis* dos programas.

Em qualquer disciplina é necessário desenvolver vários domínios taxonómicos a fim de permitir a formação integral do formando. A educação linguística centra-se principalmente no desenvolvimento das modalidades produtivas e receptivas. É verdade que, de acordo com a dinâmica da progressão dos saberes, se pode verificar a ênfase de um domínio relativamente aos outros, mas como dissemos antes, constitui objectivo fulcral do 1º ciclo do ESG a capacitação do aluno nas quatro habilidades. O equilíbrio dos mundos propostos é de extrema importância, sendo a destacar que neste aspecto a percentagem de respostas negativas é maior (66.6). Que mundos é que os ME veiculam? Como levar o aluno a desenvolver o gosto pela leitura tal como se justificou a opção pela antologia? Estas questões são levantadas por estudiosos desta área, ao defender que nos ME se operam selecções, atribuindo-se-lhe um papel redutor, pois procura retratar uma realidade complexa, facto que é praticamente impossível: excluem-se alguns mundos e incluem-se outros.

Na breve descrição dos materiais que se produziram para os professores, vimos que os mapas incluem, além dos objectivos, os conteúdos e as estratégias de abordagem de diferentes objectos de aprendizagem. Não compreendemos a razão da percentagem que se situa em 33.3% dos que responderam negativamente. Mais uma vez confirma-se a falta do livro escolar nas escolas. Do mesmo modo a sugestão de avaliação parece não ser do conhecimento do professor, pois se observa a mesma percentagem, o que contraria o espírito que orientou a produção dos ME em uso.

#### **4. Conclusões e sugestões**

O estudo realizado permitiu verificar que a questão dos ME é preocupante: há problemas de acesso ao livro escolar; a utilização dos ME não tem contole. Todas as entidades que intervêm no processo de E-A reconhecem o valor dos ME: contribuem para a uniformização da mensagem educativa, não obstante algumas exclusões que se operam. A educação linguística cumpre os objectivos traçados a níveis macroestruturais. Porém, em Moçambique, a política linguística não está ainda definida, característica dos países cujo instrumento oficial é uma língua exoglóssica. O processo de elaboração do livro escolar requer a observância de alguns requisitos tendo em conta as funções deste tipo de instrumento.

A Universidade Pedagógica deveria dar o seu contributo na questão de produção e utilização de ME. As dificuldades de apropriação dos materiais pelos professores podem levar a concluir que a formação deve incluir esta componente. O professor deveria conhecer os princípios de concepção e elaboração a fim de fazer uma avaliação consciente dos ME. É momento de questionar que tipo de acção as instituições formadoras realizam com os professores nesta matéria? Os resultados dos inquéritos, apesar do número reduzido de inquiridos, indicam haver dificuldades de gestão dos instrumentos disponíveis.

Para que se resolvam os problemas apontados é imperioso que se definam com clareza as linhas mestras de política do livro no país.

## **BIBLIOGRAFIA**

BENTO, Maria da Conceição Reis Lima. (1999) - “Concepções dos Alunos e Professores sobre o Manual Escolar de Língua Materna.” *Actas do I Encontro Internacional sobre os manuais Escolares: estatuto, funções, história*. Centro de Estudos em Educação e Psicologia. Universidade do Minho. 111-120

BRITO, Ana Parracho. (1999) - “A problemática da adopção dos manuais escolares. Critérios e reflexão.” *Actas do I Encontro Internacional sobre os Manuais Escolares: estatuto, funções, história*. Centro de estudos em educação e Psicologia. Universidade do Minho.

CARVALHO, José António B. (1999) - “A escrita nos Manuais Escolares de Língua Portuguesa. Objecto de ensino/aprendizagem ou veículo de comunicação?” *Actas do I Encontro Internacional sobre os Manuais Escolares: estatuto, funções, história*. Centro de Estudos em Educação e Psicologia. Universidade do Minho. 179-187

CASTRO, Rui Vieira. (1999) - “Já agora, não se pode exterminá-los? Sobre a representação dos professores em manuais escolares de Português.” *Actas do I Encontro Internacional sobre os Manuais Escolares: estatuto, funções, história*. Centro de Estudos em Educação e Psicologia. Universidade do Minho. 189-196

CASTRO, R.V., SOUSA, M.L.D. (1998) - “Práticas da Comunicação Verbal em Manuais de Língua Portuguesa.” *Linguística e Educação*. Lisboa. Edições Colibri. Associação Portuguesa de Linguística.

CHOPPIN, A. (1992)- *Les manuels scolaires: histoire et actualité*. Paris, Hachette Éducation.

CHOPPIN, A. (1999)- “Les Manuels Scolaires- De la production aux modes de consommation.” *Actas do I Encontro Internacional sobre os Manuais Escolares: estatuto, funções, história*. Centro de Estudos em Educação e Psicologia. Universidade do Minho. 3-17

FIRMINO, G.D. (1995)- *Revisiting the Language Questio in post-Colonial Africa: The Case of Portuguese and Indigenous Languages in Mozambique*. University of California, Berkeley.

GÉRARD, F.-M, ROEGIERS, X. (1993)- *Concevoir et évaluer des manuels scolaires*. Bruxelas. De Boeck-Wesmail (tradução Portuguesa de Júlia Ferreira e de Helena Peralta, Porto, 1998)

HUOT, Hélène. (1989)- *Dans La Jungle des Manuels Scolaires*. Paris. Seuil.

RICHAUDEAU, F. (1979)- *Conception et production des manuels scolaires*. Guide pratique. Paris, Unesco.

Outros documentos consultados

MINED, Livro do aluno, 8<sup>a</sup>, 9<sup>a</sup> e 10<sup>a</sup> classes

MINED, Livro do Professor

Boletim da República de Moçambique, Ante-Projecto da Constituição da República